

CALOTE NA CAEMA E NO POVO DE IMPERATRIZ, NÃO

Audiência Pública de Imperatriz para privatização dos serviços de saneamento é suspensa após pressão popular e nova decisão da Justiça



*Nosso batalhão de luta
durante a audiência em
Imperatriz nesta Sexta,
16 de junho*



A Prefeitura de Imperatriz convocou audiência pública para esta Sexta, 16 de junho, quando pretendia "apresentar os fundamentos" para a privatização de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município, já anunciando uma consulta pública sobre a minuta do contrato de concessão para o período de 19 a 23 de junho.

A decisão da Prefeitura de privatizar os serviços de saneamento contraria uma decisão do Tribunal de Contas e várias decisões judiciais, inclusive uma de ontem (15 de junho/2023). Mesmo assim, o Prefeito insistiu na Audiência, que, segundo a Justiça, podia ser realizada.



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
PJe - Processo Judicial Eletrônico

15/06/2023

Número: 0830192-55.2022.8.10.0001

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Órgão julgador: **Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luis**

Última distribuição : **02/06/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Água e/ou Esgoto**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação

**Decisão de 15/06/2023 reafirma
decisão anterior de que o
município deve honrar o
contrato com a Caema e não
está autorizado a prosseguir
com o processo de privatização
dos serviços de saneamento**

Partes
ESTADO DO MARANHÃO (AUTOR)
SANURBAN SANEAMENTO URBANO
S.A. (REU)

Procuradoria Geral do Município de Imperatriz (REU)

Documentos			
Id.		Data da Assinatura	Documento
94677174		15/06/2023 15:23	Decisão

Decisão

No entanto, os trabalhadores e trabalhadoras, os movimentos sociais e a população em geral deram resposta à altura ao Prefeito Assis e a Prefeitura não teve condições de continuar a audiência.

Não é a primeira tentativa. Privatizar o saneamento de Imperatriz e acusar a Caema de todos os males tem sido a principal bandeira da gestão caótica de Assis. O prefeito tem uma crise na saúde, na coleta de lixo, na infraestrutura geral da cidade. O município acumula dívidas, inclusive uma dívida enorme com a Caema. Assis, segundo boa parte da população, faz uma administração ruim e mal avaliada. Mesmo assim, o único problema que ele enxerga é no saneamento.

É muito justo querer melhorias nos serviços de água e esgoto, aliás é obrigação do município fiscalizar e cobrar da Caema, mas o Prefeito esquece de dizer que ele próprio não paga o que deve à Companhia, mas mesmo assim a Caema continua prestando serviços e tentando resolver os problemas.

Já existem diversas decisões judiciais impedindo que a Prefeitura de Imperatriz rompa o contrato com a Caema e privatize os serviços. Tem a decisão da Justiça no processo nº 0830192-55.2022.8.10.0001, ajuizado pelo Estado do Maranhão, determinou que o município suspendesse a contratação emergencial da Sanurban e mantivesse o Contrato de Programa com a CAEMA. Essa decisão continua em vigor.

O município também ajuizou uma ação em Imperatriz (nº 0806376-58.2021.8.10.0040) para rescindir o contrato com a CAEMA e obter a posse das instalações e equipamentos de saneamento. Após decisões iniciais, que não atenderam os pedidos do município, mas somente a apresentação de relatórios e estudos, o Tribunal de Justiça/MA concedeu decisão no recurso interposto pela CAEMA (Processo nº 0800845-43.2023.8.10.0000), suspendendo a tramitação do processo, o que também continua em vigor.

- A Prefeitura também contraria decisão do Tribunal de Contas. Em 01 de junho de 2022, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão concedeu medida cautelar para “suspender o andamento do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR nº 11.04.047/2020-PGM) e todos os seus efeitos”. Este processo previa a contratação da Sanurban e, possivelmente,

realização da audiência pública e apresentação de edital de privatização dos serviços.

Com tudo isso, o prefeito insistiu em convocar uma Audiência Pública neste 16 de junho e reiniciar o processo de privatização. O Estado, então, recorreu novamente à Justiça, que, mais uma vez, impediu a Prefeitura de privatizar os serviços, mantendo decisão anterior, embora não tenha feito objeção à realização da Audiência para discutir o tema.

A Prefeitura, não convencida, manteve a audiência, iniciou os trabalhos, mas não teve condição de ir até o fim, devido a reação popular e dos trabalhadores, a prova de que Assis devia estar mais preocupado com o caos da sua gestão, em vez de perseguir quem está tentando fazer seu trabalho em benefício da população mesmo em meio à adversidade, como a dívida vergonhosa das prefeituras com a Caema, especialmente a de Imperatriz.

O recado foi dado. Mais uma batalha foi travada e vencida. A vitória é parcial e temporária, mas a luta é permanente e nosso compromisso com a defesa do saneamento público é inabalável.

